

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva S.A. Livreiros Editores (“Controladora”), fundada em 1914, é sociedade por ações brasileira de capital aberto com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S A (“Varejo”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Controladora, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, periódicos, filmes, música, artigos de papelaria, multimídia, informática, produtos eletroeletrônicos e conteúdo digital, e-reader e com amplo portfólio de serviços voltado ao enriquecimento da experiência de compra. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede multiformato composta por 103 lojas, sendo 61 do tipo “Mega Store”, 3 em formato para aeroporto, 8 no formato “iTown”, 17 “Novas Tradicionais” e 14 tradicionais.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Controladora e do Varejo (“Companhia”).

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de março de 2018 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2017.

2.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelos seus valores justos.

2.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

2.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
- b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
- d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 11 e 12
- e) Redução ao valor de recuperação do ágio – nota explicativa nº 12
- f) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 14
- g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 19
- h) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 28

3. **PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

Controlada

As políticas financeiras e operacionais do Varejo são controladas pela Controladora. As demonstrações contábeis da empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Controladora e do Varejo, encerradas na mesma data-base.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis relacionadas ao Varejo são ajustadas às políticas contábeis estabelecidas pela Controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e o Varejo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com o Varejo registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operação descontinuada e ativos não circulantes mantidos para venda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram classificados como ativos mantidos para a venda o terreno e a edificação da unidade operacional de Guarulhos da Controladora, utilizado para as operações que foram descontinuadas pela venda do segmento editorial em 2015, pelo montante de R\$21.427, equivalentes ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo diminuído das despesas de venda.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015

c) Receitas operacionais, custos e despesas

O resultado das operações é apurado e reconhecido em conformidade com o regime contábil de competência, em que a informação sobre os efeitos das transações é reportada nos períodos em que tais efeitos são efetivamente produzidos, independentemente da realização financeira

As receitas relacionadas à revenda de mercadorias do Varejo e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados às mercadorias e aos produtos vendidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

As receitas com a prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir, bem como o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são

convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são

extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta à mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. São consideradas nessa categoria as operações de “swap” para os empréstimos em moeda estrangeira.

Contabilidade de hedge (hedge accounting) para proteção de empréstimos em moeda estrangeira

A Administração adota as regras de contabilidade de hedge para registrar, nos mesmos períodos contábeis, os efeitos do derivativo formalmente designado como instrumento de hedge, assim como do item protegido, relacionados às diferenças entre as moedas estrangeiras e a moeda funcional.

A parcela efetiva do hedge, correspondente às diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um ativo financeiro designado como hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida no resultado. A parcela mantida em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificada para o resultado com a liquidação do passivo financeiro objeto de hedge.

f) Contas a receber de clientes e perdas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com o Varejo é eliminado por meio de equivalência patrimonial (Nota explicativa nº10).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 12).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos. A amortização é linear, pelo prazo de locação e não se aplica ao valor residual, quando existente.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ágio

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresa adquirida em 2008, amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e a empresa controlada em condições que a Controladora e a empresa controlada não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Controladora e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não são individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, a Controladora e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de

desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados às operações de “swap”, registradas pelo regime de competência e ambos mensurados ao seu valor justo. Os ganhos e as perdas apurados em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 19.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- Arrendamentos operacionais

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- Arrendamentos financeiros

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias apuradas pelo Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis

futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) *Receita diferida – programa de fidelização de clientes*

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor justo dos pontos acumulados e reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

O valor justo de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de expiração do direito de utilização dos pontos pelos clientes. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos adquiridos tem validade de 12 meses e a cada 500 pontos adquiridos o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

r) *Benefícios a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) *Remuneração baseada em ações*

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 20 e).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada programa é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 27.

v) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

w) Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o único segmento em operação é o denominado Varejo.

x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação das demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia concluiu que os efeitos que a IFRS 9 terá em suas demonstrações contábeis e em suas divulgações não são relevantes.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige o reconhecimento do montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma substituiu a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS, é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018; e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

A Companhia concluiu que os efeitos da IFRS 15 sobre suas demonstrações contábeis encerradas no exercício não são relevantes, conforme abaixo descrito:

Revenda de mercadorias e prestação de serviços

Não houve impacto relevante pela adoção da IFRS 15 sobre as receitas operacionais para as operações realizadas por meio das lojas físicas, ou comércio eletrônico, sejam de revenda de mercadorias ou prestação de serviços. A Companhia considerou em sua análise para definir o reconhecimento da receita a transferência de controle, direitos de devolução, entre outros direitos e obrigações e concluiu que o resultado da análise proposta pela IFRS 15 se aproxima do resultado apurado em suas demonstrações contábeis.

Programa de fidelização de clientes

Não houve impacto relevante pela adoção da IFRS 15 sobre as receitas obtidas pelo programa de fidelização do Varejo. A Companhia considerou em sua análise a forma de reconhecimento da receita diferida pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pela efetiva expiração do direito de uso dos créditos e pela amortização de parte do saldo de provisão relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências.

IFRS 2 *Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações* – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: a) os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; b) a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e c) o tratamento contábil

quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, não se admite atualizar períodos anteriores, exceto se aplicada para as três áreas que foram objeto de alteração e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. Está em curso a avaliação dos impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

IFRS 16 *Leases* (Arrendamentos)

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 – *Leases* (Arrendamentos). A norma requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos, estabelecendo um modelo único de contabilização para os arrendamentos. A IFRS 16 deve ser adotada obrigatoriamente a partir de 1 de janeiro de 2019. A Controlada e o Varejo ainda não concluíram a avaliação sobre os efeitos que a IFRS 16 terá em suas demonstrações contábeis e em suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

z) *Determinação do valor justo*

O valor justo é apurado e divulgado para ativos e passivos financeiros e não-financeiros, conforme o caso e quando aplicável, de acordo com os CPC 28, CPC 39 e CPC 40. O valor justo dos ativos e passivos financeiros está apresentado nas Notas explicativas números 13, 20.e) e 28.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Caixa e bancos - conta movimento	4	-	18.315	15.100
Aplicações financeiras - equivalente de caixa	<u>7</u>	<u>157</u>	<u>50.628</u>	<u>110.190</u>
	<u>11</u>	<u>157</u>	<u>68.943</u>	<u>125.290</u>

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs remunerados por taxas equivalentes ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

Aplicações financeiras do Varejo representada por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, remunerados por taxa equivalente a 99,2% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI com restrição de liquidez para garantia de processos judiciais.

	Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Aplicações financeiras	<u>9</u>	<u>-</u>

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Duplicatas a receber	8.947	8.044
Cartões de crédito	199.069	351.152
Cheques a receber	<u>-</u>	<u>17</u>
	208.016	359.213
Perda com créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.106)</u>	<u>(1.719)</u>
	<u>206.910</u>	<u>357.494</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“duplicatas a receber”) é de 60 dias (64 dias em 31 de dezembro de 2016).

As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Cielo, Rede e American Express.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Saldos por vencimento

	Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
A vencer	194.614	354.540
Vencidos:		
Até 60 dias	1.218	370
De 61 a 90 dias	933	44
De 91 a 180 dias	2.670	161
Acima de 180 dias	8.581	4.098
	<u>208.016</u>	<u>359.213</u>

A perda com créditos de liquidação duvidosa é estimada com base na probabilidade de recebimento e leva em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. As perdas efetivas com o recebimento de cartão de crédito são registradas diretamente ao resultado quando incorridas.

O valor registrado ao resultado:

	Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.105)	(1.718)
Perda efetiva no recebimento de cartão de crédito	(3.034)	(3.000)
Recuperação de créditos considerados irrecuperáveis	<u>101</u>	<u>236</u>
	<u>(4.038)</u>	<u>(4.482)</u>

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Mercadorias para revenda	459.211	290.888
Materiais de embalagem e consumo	<u>1.330</u>	<u>1.157</u>
	<u>460.541</u>	<u>292.045</u>

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, além dos resultados positivos com as ações endereçadas a partir do exercício 2016 para escoamento dos estoques obsoletos, de baixo giro e deteriorados foram observados sinais de recuperação da atividade econômica, substancialmente no 4º trimestre do ano, diferentemente das projeções econômicas negativas e as perspectivas de desaceleração de consumo observadas em 2015, quando a Administração revisou sua estimativa pela última vez.

Dessa forma, a Administração, com base nas evidências objetivas presentes na data de encerramento do exercício e de acordo com sua política estabelecida para estimar a perda com obsolescência, revisou algumas premissas registrando uma reversão no montante de R\$14.609.

A rubrica, mercadorias para revenda está líquida de perdas com obsolescência de estoque, no montante de R\$21.732 (R\$36.341 em 31 de dezembro de 2016).

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.742	67	116.382	85.615
Programa de Integração Social - PIS (ii)	37	493	24.711	18.214
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.817	4.359	31.729	25.350
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL	2.109	1.452	10.906	9.452
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	1.477	2.214	6.750
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	110.407	83.102
Contribuição Previdenciária - INSS	-	-	-	570
Outros	180	109	1.787	192
	<u>6.885</u>	<u>7.957</u>	<u>298.136</u>	<u>229.245</u>
Ativo circulante	192	7.957	178.507	181.152
Ativo não circulante	6.693	-	119.629	48.093
	<u>6.885</u>	<u>7.957</u>	<u>298.136</u>	<u>229.245</u>

- (i) ICMS e ICMS ST das operações comerciais e de abastecimento do Varejo. Estão em curso, ações endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de

créditos acumulados por meio do sistema e-CredAc – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS – SP, da ordem de R\$66.569, líquidos de perda ao valor de realização de R\$2.100. Também estão em curso ajustes operacionais relevantes no atual modelo logístico de abastecimento que promoverão a descentralização das operações e converterão em caixa boa parte dos créditos atualmente acumulados na escrita fiscal.

- (ii) Representado substancialmente por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações da Controladora e do Varejo, no montante de R\$141.082 (R\$103.817 em 31 de dezembro de 2016) apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 e 2017, não compensados até a data de encerramento do período em curso com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições. Todas as obrigações acessórias relacionadas estão em conformidade com a legislação aplicável e são tempestivamente transmitidas, viabilizando as ações para o pedido de restituição dos créditos excedentes.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	30/12/17	31/12/16
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	77.279	48.622
Provisões para impostos e contribuições a recolher	1.406	1.464	1.742	2.650
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	-	-	8.246	14.145
Programa de fidelização Saraiva Plus	-	-	597	317
Perdas com obsolescência de estoque	-	557	7.389	12.913
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	273	42
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	90	266
Provisão deságio sobre impostos a recuperar	-	-	714	-
Provisão parcela efetiva hedge accounting	-	-	283	45
Outras provisões	-	-	2.888	1.413
	<u>1.406</u>	<u>2.021</u>	<u>99.501</u>	<u>80.413</u>
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas com estoque de livros	-	-	27.203	17.022
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	-	-	25.865	26.563
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Ganho não realizado em operação de "swap"	-	-	1.655	9.979
Outros	3	3	3	3
	<u>5.813</u>	<u>5.813</u>	<u>60.536</u>	<u>59.377</u>
	<u>(4.407)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>38.965</u>	<u>21.036</u>
Ativo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.372</u>	<u>24.828</u>
Passivo não circulante	<u>(4.407)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>(4.407)</u>	<u>(3.792)</u>
	<u>(4.407)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>38.965</u>	<u>21.036</u>

A Administração considera a realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo, com base nos lucros tributáveis futuros.

- b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(49.136)	(39.138)	(67.447)	(58.419)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	16.706	13.307	22.932	19.862
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(111)	(1.935)	(2.185)	(4.709)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(14.156)	(15.717)	-	(8.629)
Imposto sobre operações descontinuadas	397	786	397	786
Créditos fiscais não registrados	<u>(3.054)</u>	<u>(400)</u>	<u>(3.054)</u>	<u>(400)</u>
	<u>(218)</u>	<u>(3.959)</u>	<u>18.090</u>	<u>6.910</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Diferidos	<u>(218)</u>	<u>(3.959)</u>	<u>18.090</u>	<u>6.910</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; e cessão onerosa de ativo intangível e empréstimo de mútuo.

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas doações no montante de R\$842 (R\$947 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2016, a Controladora assinou com o Varejo Termo de Cessão Onerosa (“TCO”) dos contratos de Arrendamento Mercantil, para licenças de uso de software do sistema de gestão empresarial SAP, com anuência das instituições financeiras credoras e nas mesmas condições inicialmente contratadas em 2014 e 2015.

A operação foi motivada pela venda do segmento editorial concluída em dezembro de 2015 e para fazer frente às atividades operacionais do Varejo, único segmento de negócio remanescente. Além disso, viabilizou a liquidação da operação de empréstimo de mútuo com eficiência tributária.

A transação observou as condições de comutatividade e independência; foi realizada em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e não produziu efeitos significativos para a situação financeira tampouco para os resultados da Controladora e do Varejo.

O valor da operação foi de R\$50.000, determinado pelo seu valor justo, a partir de informações objetivas recebidas do fornecedor e detentor dos direitos das licenças de uso do sistema de gestão empresarial – SAP e com as mesmas condições comerciais conquistadas na aquisição realizada pela Controladora em 2014 e 2015.

Do montante de R\$50.000, foi descontado o valor de R\$20.033, correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2016, ainda não adimplido dos contratos de arrendamento mercantil. O pagamento do preço de R\$29.966, assim determinado, correspondeu a uma parcela a vista, liquidada na data de assinatura do TCO, com aproveitamento do saldo de empréstimo de mútuo a receber da Controladora, no montante de R\$18.134; e uma parcela de R\$11.833, vincenda em 31 de janeiro de 2018, atualizada pelo IGPM, que foi liquidada antecipadamente em 30 de junho de 2017.

Saldos e transações com o Varejo:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Saldos:		
Ativo:		
Cessão onerosa a receber (não circulante)	-	11.833
Outras contas a receber (circulante)	-	109
Passivo:		
Empréstimos obtidos -		
contrato de mútuo (circulante)	7.996	-
outras contas a pagar (circulante)	92	-
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Transações:		
Receitas financeiras	-	1.755
Despesas financeiras	270	1.099

b) Remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Pró-labore do conselho				
de administração	2.257	2.746	2.293	3.026
Pró-labore da diretoria	24	698	4.142	4.619
Subtotal	2.281	3.444	6.435	7.645
Remuneração baseada em ações	119	160	119	160
Outras remunerações	504	777	1.563	1.811
	<u>2.904</u>	<u>4.381</u>	<u>8.117</u>	<u>9.616</u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

10. INVESTIMENTOS

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	98,12%	95,16%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	439.486	481.583
(-) Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	<u>(25.382)</u>	<u>(25.382)</u>
Total	<u>414.104</u>	<u>456.201</u>
Valor do investimento	<u>414.068</u>	<u>456.162</u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Prejuízo do Varejo	(41.638)	(29.256)
Ganho de capital	-	16
Lucro não realizado nos estoques sobre as vendas para o Varejo	-	8.394
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	<u>-</u>	<u>(25.382)</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial ajustado	<u>(41.638)</u>	<u>(46.228)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(41.635)</u>	<u>(46.226)</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Saldo no início do exercício	456.162	353.635
Aumento de capital no Varejo mediante conversão de AFAC	-	151.544
Lucro não realizado nos estoques do Varejo	-	8.394
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	-	(25.382)
Participação no resultado do Varejo	(41.635)	(31.565)
Participação reflexa no hedge accounting do Varejo	(459)	(480)
Ganho de capital	-	16
Saldo no fim do exercício	<u>414.068</u>	<u>456.162</u>

Principais informações do Varejo:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Ativo total	1.384.506	1.309.888
Passivo circulante e não circulante	945.020	828.305
Patrimônio líquido	439.486	481.583

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Receita operacional líquida	1.724.886	1.737.563
Custo das mercadorias e serviços vendidos	<u>(1.150.085)</u>	<u>(1.143.284)</u>
Lucro bruto	574.801	594.279
Despesas operacionais	(565.488)	(578.648)
Depreciações	(31.554)	(34.293)
Outras	<u>11.024</u>	<u>32.136</u>
Resultado operacional	(11.217)	13.474
Resultado financeiro	<u>(48.729)</u>	<u>(53.599)</u>
Resultado antes dos impostos	(59.946)	(40.125)
Imposto de renda e contribuição social	<u>18.308</u>	<u>10.869</u>
Resultado líquido das operações continuadas	<u>(41.638)</u>	<u>(29.256)</u>
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	(2.312)
Prejuízo líquido	<u>(41.638)</u>	<u>(31.568)</u>

11. IMOBILIZADO

		Controladora					
		31/12/17			31/12/16		
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	-	-	-	18.503	-	18.503
Edifícios e construções	4	-	-	-	7.940	(5.768)	2.172
Máquinas e equipamentos	10	797	(793)	4	797	(788)	9
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.128)	362	7.204	(5.689)	1.515
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.422	(4.910)	512	5.422	(4.111)	1.311
Equipamentos de informática	20	11.559	(11.436)	123	11.559	(10.973)	586
Imobilizado arrendado	20	828	(679)	149	828	(679)	149
		<u>21.096</u>	<u>(19.946)</u>	<u>1.150</u>	<u>52.253</u>	<u>(28.008)</u>	<u>24.245</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

		Consolidado					
		31/12/17			31/12/16		
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	-	-	-	18.506	-	18.506
Edifícios e construções	4	1.400	(1.204)	196	9.381	(6.957)	2.424
Máquinas e equipamentos	10	6.636	(3.370)	3.266	6.624	(2.869)	3.755
Móveis, utensílios e instalações	10	91.215	(65.183)	26.032	91.461	(64.102)	27.359
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	182.763	(157.067)	25.696	178.987	(155.464)	23.523
Veículos	20	378	(378)	-	460	(452)	8
Equipamentos de informática	20	62.659	(52.071)	10.588	60.956	(47.535)	13.421
Imobilizado arrendado	20	5.461	(2.990)	2.471	2.857	(2.300)	557
Imobilizado em andamento	-	41	-	41	1.577	-	1.577
		<u>350.553</u>	<u>(282.263)</u>	<u>68.290</u>	<u>370.809</u>	<u>(279.679)</u>	<u>91.130</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

	Controladora				31/12/17
	31/12/16	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Terrenos	18.503	-	-	(18.503)	-
Edifícios e construções	7.940	-	-	(7.940)	-
Máquinas e equipamentos	797	-	-	-	797
Móveis, utensílios e instalações	7.204	-	(5)	(4.709)	2.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.422	-	-	-	5.422
Equipamentos de informática	11.559	-	-	-	11.559
Imobilizado arrendado	828	-	-	-	828
Total do custo	<u>52.253</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>(31.152)</u>	<u>21.096</u>
Depreciação acumulada:					
Edifícios e construções	(5.768)	(166)	-	5.934	-
Máquinas e equipamentos	(788)	(5)	-	-	(793)
Móveis, utensílios e instalações	(5.689)	(235)	5	3.791	(2.128)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(4.111)	(799)	-	-	(4.910)
Equipamentos de informática	(10.973)	(463)	-	-	(11.436)
Imobilizado arrendado	(679)	-	-	-	(679)
Total da depreciação	<u>(28.008)</u>	<u>(1.668)</u>	<u>5</u>	<u>9.725</u>	<u>(19.946)</u>
Valor líquido	<u>24.245</u>	<u>(1.668)</u>	<u>-</u>	<u>(21.427)</u>	<u>1.150</u>

	Consolidado				31/12/17
	31/12/16	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Terrenos	18.506	-	(3)	(18.503)	-
Edifícios e construções	9.381	-	(41)	(7.940)	1.400
Máquinas e equipamentos	6.624	25	(13)	-	6.636
Móveis, utensílios e instalações	91.461	2.538	(1.653)	(1.131)	91.215
Benfeitorias em imóveis de terceiros	178.987	7.408	(9.682)	6.050	182.763
Veículos	460	-	(82)	-	378
Equipamentos de informática	60.956	1.715	(654)	642	62.659
Imobilizado arrendado	2.857	2.604	-	-	5.461
Imobilizado em andamento	1.577	8.373	(64)	(9.845)	41
Total do custo	<u>370.809</u>	<u>22.663</u>	<u>(12.192)</u>	<u>(30.727)</u>	<u>350.553</u>
Depreciação acumulada:					
Edifícios e construções	(6.957)	(222)	41	5.934	(1.204)
Máquinas e equipamentos	(2.869)	(514)	13	-	(3.370)
Móveis, utensílios e instalações	(64.102)	(6.073)	1.445	3.547	(65.183)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(155.464)	(10.907)	9.306	(2)	(157.067)
Veículos	(452)	(9)	83	-	(378)
Equipamentos de informática	(47.535)	(4.984)	627	(179)	(52.071)
Imobilizado arrendado	(2.300)	(690)	-	-	(2.990)
Total da depreciação	<u>(279.679)</u>	<u>(23.399)</u>	<u>11.515</u>	<u>9.300</u>	<u>(282.263)</u>
Valor líquido	<u>91.130</u>	<u>(736)</u>	<u>(677)</u>	<u>(21.427)</u>	<u>68.290</u>

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$332. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração não identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas do valor recuperável.

O valor líquido de baixas, inclui o montante de R\$569, correspondente ao valor contábil do ativo imobilizado relacionado ao encerramento das atividades de 12 (doze) lojas da rede, ocorrido em setembro de 2017.

12. INTANGÍVEL

		Controladora					
		31/12/17			31/12/16		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	20	<u>711</u>	<u>(607)</u>	<u>104</u>	<u>711</u>	<u>(497)</u>	<u>214</u>
		Consolidado					
		31/12/17			31/12/16		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	77.160	(16.541)	60.619	79.248	(16.578)	62.670
Cessão comercial	20	30.798	(30.622)	176	32.103	(31.633)	470
Software	20	111.851	(65.271)	46.580	92.073	(55.458)	36.615
Marcas e patentes	-	63	-	63	63	-	63
Intangível arrendado	20	5.215	(1.807)	3.408	1.215	(1.198)	17
Intangível em andamento	-	<u>49.987</u>	<u>-</u>	<u>49.987</u>	<u>43.246</u>	<u>-</u>	<u>43.246</u>
		<u>275.074</u>	<u>(114.241)</u>	<u>160.833</u>	<u>247.948</u>	<u>(104.867)</u>	<u>143.081</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

		Controladora		
		31/12/16	Adições	31/12/17
Custo:				
Software		<u>711</u>	<u>-</u>	<u>711</u>
Amortização acumulada:				
Software		<u>(497)</u>	<u>(110)</u>	<u>(607)</u>
Valor líquido		<u>214</u>	<u>(110)</u>	<u>104</u>

	Consolidado				31/12/17
	31/12/16	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Ágio	79.248	-	(2.088)	-	77.160
Cessão comercial	32.103	-	(1.305)	-	30.798
Software	92.073	301	(120)	19.597	111.851
Marcas e patentes	63	-	-	-	63
Intangível arrendado	1.215	4.000	-	-	5.215
Intangível em andamento	43.246	26.338	-	(19.597)	49.987
Total do custo	<u>247.948</u>	<u>30.639</u>	<u>(3.513)</u>	<u>-</u>	<u>275.074</u>
Amortização acumulada:					
Ágio	(16.578)	-	37	-	(16.541)
Cessão comercial	(31.633)	(294)	1.305	-	(30.622)
Software	(55.458)	(9.930)	117	-	(65.271)
Intangível arrendado	(1.198)	(609)	-	-	(1.807)
Total da amortização	<u>(104.867)</u>	<u>(10.833)</u>	<u>1.459</u>	<u>-</u>	<u>(114.241)</u>
Valor líquido	<u>143.081</u>	<u>19.806</u>	<u>(2.054)</u>	<u>-</u>	<u>160.833</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração não identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas do valor recuperável.

O valor líquido de baixas, inclui o montante de R\$1, correspondente ao valor contábil do ativo intangível relacionado ao encerramento das atividades de 12 (doze) lojas da rede, ocorrido em setembro de 2017.

Ágio

	Data de aquisição	Consolidado	
		31/12/17	31/12/16
Ágio na aquisição de empresa:			
Siciliano	06/03/08	<u>60.619</u>	<u>62.670</u>

A baixa de R\$2.051 está relacionada à parcela do ágio atribuída à Unidade Geradora de Caixa – UGC Siciliano, correspondente às 12 (doze) lojas da rede que tiveram suas atividades encerradas em setembro de 2017.

Siciliano

Em 31 de dezembro de 2017, o valor recuperável dessa Unidade Geradora de Caixa – UGC foi determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa livre com base em orçamento financeiro de cinco anos e taxa de desconto nominal de 13% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos, tais como crescimento de vendas, custos e despesas, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração.

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são:

- Receitas: projetadas de 2018 a 2022 em linha com histórico de crescimento da UGC, bem como o cenário macroeconômico estimado para os próximos anos.
- Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho mais recente da Siciliano, que considera o plano de ação para aumento da produtividade e no crescimento estimado das receitas.

Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 4%, que corresponde à taxa prevista de inflação.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Em moeda nacional:				
BNDES	-	-	54.778	62.978
Empréstimos para capital de giro	-	6.825	146.236	141.750
Custos de captação a amortizar	-	-	(3.376)	(3.956)
Arrendamento financeiro	-	-	19.216	20.034
	-	6.825	216.854	220.806
Em moeda estrangeira:				
Empréstimos para capital de giro	-	-	100.813	122.416
	-	6.825	317.667	343.222
Passivo circulante	-	4.603	119.635	194.268
Passivo não circulante	-	2.222	198.032	148.954
	-	6.825	317.667	343.222

Os empréstimos em moeda estrangeira do Varejo, vinculados a operações com derivativos estão apresentados separadamente dos instrumentos financeiros derivativos, correspondentes a R\$4.040 (R\$21.631 em 31 de dezembro de 2016) registrados no ativo circulante e não circulante.

Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
BNDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT Subcrédito A	Jul/2014	Ago/2022	Aval Controladora e fiança Itaú	R\$ 17.929	1,98% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos 2013/2016 na expansão e reforma da rede de lojas e novo CD	PROCULT Subcrédito B	Jul/2014	Ago/2022	Aval Controladora e fiança Itaú	R\$ 71.715	1,98% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM Subcrédito C	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora e fiança Itaú	R\$ 338	3,98% a.a. + UM Selic
BNDES	Investimentos na implantação de 2 lojas iTown	FINEM Subcrédito D	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora e fiança Itaú	R\$ 338	3,98% a.a. + TJLP (a)
BNDES	Investimentos no capital de giro	PROCULT Subcrédito E	Jul/2014	Ago/2019	Aval Controladora e fiança Itaú	R\$ 39.224	2,48% a.a. + UM Selic
BNDES	investimentos em tecnologia de plataformas de conteúdo digital social	PROCULT Subcrédito F	Jul/2014	Ago/2024	Aval Controladora e fiança Itaú	R\$ 7.740	0,98% a.a. + TJLP (a)
Banco Itaú S/A	Capital de giro	Oper 4131 c/ swap	Mai/2017	Mai/2020	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 95.000	111,20% CDI a.a. + 2% a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Fev/2020	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 120.000	132% Variação CDI a.a.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Fev/2018	Aval Controladora	R\$ 15.000	120% Variação CDI a.a.
Daycoval	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Ago/2018	Aval Controladora	R\$ 3.000	100% CDI a.a. + 6% a.a.
Banco Rendimento	Convênio Confirme	Convênio Confirme	Out/2017	Jan/2018	Aval Controladora	R\$ 5.626	4% a.t.
Banco Rendimento	Convênio Confirme	Convênio Confirme	Dez/2017	Fev/2018	Aval Controladora	R\$ 3.001	4% a.t.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Jan/2021	Bem arrendado	R\$ 10.709	Variação do CDI
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 12.223	Variação do CDI
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 6.451	Variação do CDI

(a) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 7% (7,5% em 31 de dezembro de 2016).

Financiamentos com o BNDES

Em agosto de 2016 o BNDES autorizou o redimensionamento quantitativo do projeto resultando no cancelamento do saldo a liberar.

Garantias

Os contratos com o BNDES estão garantidos por Carta de Fiança assinada com o Banco Itaú, no montante de R\$56.440.

Empréstimos para capital de giro

Operações contratadas como instrumentos de proteção eficaz – hedge accounting

Bancos ABC Brasil e Itaú BBA International

Operações de empréstimo nos termos da Lei 4.131/1962 – repasse Resolução BACEN 3.844/2010, vinculadas a operações de “swap” com variação monetária pelo CDI e taxas de juros pré e pós fixadas.

As operações de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizadas com o ABC Brasil, contratadas em setembro de 2015, no montante de R\$20.000 (US\$5.135 mil) foram liquidadas no vencimento, em setembro de 2016.

As operações de empréstimo e instrumento derivativo de proteção realizadas com o Banco Itaú BBA International foram contratadas em 20 de janeiro de 2015, no montante de R\$235.000 (US\$89.524 mil) com taxa de juros de 3,53% a.a., com vencimento em 22 de janeiro de 2018, amortizações de principal e pagamento de juros trimestrais. Em 12 de maio de 2017, o Varejo repactuou o montante de R\$95.000, com dilatação do prazo para três anos, amortizações trimestrais

e carência de um ano. A taxa de juros passou de 109,8% da variação do CDI para 111,2% da variação do CDI acrescido de 2% a.a..

Os instrumentos derivativos foram designados formalmente como hedge.

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) para as operações de capital de giro do Varejo

Contrato com o Banco Itaú BBA International – Repactuação em 12 de maio de 2017

Em 12 de maio de 2017 foi repactuado a dívida em moeda estrangeira junto ao Banco Itaú, com exigência da Controladora de manter os índices financeiros de desempenho durante a vigência do contrato.

O contrato com o Varejo está garantido por aval da Controladora e cessão de direitos creditórios representados por recebíveis de cartão de crédito. Durante a vigência do contrato a Controladora deverá apresentar semestralmente com base nas demonstrações contábeis consolidadas anuais, o seguinte índice:

Dívida financeira líquida consolidada (ajustada) / EBITDA (consolidado) menor ou igual a 2,50

Atendimento à cláusula contratual em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Exigido</u>	<u>Atingido</u>
Razão Dívida onerosa líquida / EBITDA menor ou igual	2,50	1,12

Para fins do disposto no contrato com o Itaú, é considerada a seguinte definição:

Dívida onerosa líquida: corresponde ao total do endividamento oneroso, incluindo financiamentos, duplicatas descontadas com direito de regresso, mútuos, impostos parcelados e debêntures, deduzido das disponibilidades (caixa, aplicações financeiras e cartões de crédito a receber).

EBITDA: corresponde ao resultado relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional (ver definição abaixo), da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. Deve ser incluído o EBITDA pro forma das empresas adquiridas pela devedora e ainda não consolidadas integralmente no período de apuração. Adicionalmente deve-se excluir do resultado financeiro, o resultado com ajuste a valor presente e o resultado de descontos obtidos/concedidos.

Entendem-se como resultado não operacional: Venda de ativos; provisões e reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo; impairment, ganhos por valor justo e atualização de ativos (sem efeito caixa) e despesas pontuais de reestruturação.

Outras operações contratadas para suprir necessidades de capital de giro

Banco do Brasil

Em março de 2017, a Controladora liquidou o saldo dos empréstimos contratados com o Banco do Brasil em 2015, no montante de R\$5.564.

O Varejo repactuou o montante de R\$120.000, também contratados com o Banco do Brasil, para uma taxa de 132% do CDI, com dilação do prazo para três anos, com amortizações trimestrais e carência de um ano.

Em 27 de julho de 2017, o Varejo contratou operação sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$15.000, com encargos de 120% da variação do CDI, vencimento em fevereiro de 2018, garantida por aval da Controladora.

Banco Daycoval

Operação contratada em 29 de agosto de 2017, sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$3.000, com encargos de 100% da variação do CDI, acrescida de 6% a.a. de juros remuneratórios, vencimento em 29 de agosto de 2018, garantida por aval da Controladora.

Banco Rendimento

Operação de antecipação de recebíveis a fornecedores, denominada Convênio Confirme, contratada em outubro e dezembro de 2017 nos montantes de R\$5.627 e R\$3.001 e vencimento em janeiro e fevereiro de 2018, respectivamente, com encargos de 4% a.t., garantida por aval da Controladora.

14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras.

Em 16 de junho de 2017, foram implementadas alterações no programa de acumulação de pontos. De acordo com o novo regulamento do Programa, a cada 500 pontos adquiridos (antes, a cada 1.000 pontos) o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor justo dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes; pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam 500 pontos; e pela amortização de parte do saldo da receita diferida relativa a expectativa de expiração dos direitos de uso dos pontos, calculada pela base histórica de ocorrências proporcional à taxa de uso efetivo dos pontos.

Em 31 de dezembro de 2017, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$1.757 (R\$933 em 31 de dezembro de 2016).

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Fornecedor - nacional	996	1.236	543.199	398.280
Fornecedor - exterior	-	-	3.681	4.696
	<u>996</u>	<u>1.236</u>	<u>546.880</u>	<u>402.976</u>

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

16. CESSÃO DE CRÉDITOS DE FORNECEDORES COM TERCEIROS

	Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Mercado local (risco sacado)	-	740

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Controladora e do Varejo, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador.

Essa operação não trouxe nenhuma obrigação adicional a Controladora e sua controlada.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	66	107	1.269	1.586
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	-	1	499	287
Programa de Integração Social - PIS	-	1	6	15
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	7	29	69
Imposto sobre Serviços - ISS	-	2	148	197
Parcelamento de tributos - Lei 12.996/14 (a)	-	-	1.988	2.067
Parcelamento de tributos - Estaduais	-	-	22	-
Outros	3	-	9	52
	<u>69</u>	<u>118</u>	<u>3.970</u>	<u>4.273</u>
Passivo circulante	69	118	2.134	2.342
Passivo não circulante	-	-	1.836	1.931
	<u>69</u>	<u>118</u>	<u>3.970</u>	<u>4.273</u>

- (a) Em 25 de agosto de 2014, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, o Varejo instruiu pedido de parcelamento para débitos tributários nos termos da Lei 12.996/2014, relacionados a compensações não homologadas de tributos federais, com créditos de PIS e COFINS apurados em 2007 e 2008, no montante de R\$2.245, sendo parte desse valor, no montante de R\$1.331, atribuída ao valor a pagar aos vendedores da empresa adquirida em 2008 (Siciliano S.A.). O valor pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$158 (R\$169 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Controladora				
	<u>31/12/16</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/17</u>
Férias	223	265	(273)	215
Salários a pagar	98	227	(286)	39
FGTS a recolher	20	546	(447)	119
INSS a recolher	<u>462</u>	<u>529</u>	<u>(897)</u>	<u>94</u>
	<u>803</u>	<u>1.567</u>	<u>(1.903)</u>	<u>467</u>

Consolidado				
	<u>31/12/16</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/17</u>
Férias	10.321	12.114	(14.143)	8.292
13º salário	-	8.595	(8.595)	-
Salários a pagar	4.665	95.803	(96.831)	3.637
FGTS a recolher	2.049	16.144	(16.438)	1.755
INSS a recolher	<u>7.352</u>	<u>28.854</u>	<u>(30.531)</u>	<u>5.675</u>
	<u>24.387</u>	<u>161.510</u>	<u>(166.538)</u>	<u>19.359</u>

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	Controladora		
	Constituição/		
	31/12/16	(Reversão)	31/12/17
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (a)	1.166	(1.166)	-
Contingências trabalhistas (b)	3.141	995	4.136
	<u>4.307</u>	<u>(171)</u>	<u>4.136</u>
	Consolidado		
	Constituição/		
	31/12/16	(Reversão)	31/12/17
PIS - Lei Complementar nº 7/70 (a)	2.937	(2.937)	-
Contingências cíveis e trabalhistas (b)	6.984	5.519	12.503
ICMS - Auto de infração (c)	1.717	(728)	989
	<u>11.638</u>	<u>1.854</u>	<u>13.492</u>

- (a) Ações judiciais impetradas em 1989 pela Controladora e pelo Varejo para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica da contribuição para o PIS, nos termos da Lei Complementar nº 7/70. As ações foram garantidas por depósitos judiciais efetuados no período entre abril de 1989 e maio de 1992, posteriormente levantados por autorização judicial. Em 19 de fevereiro de 2010, a Controladora e o Varejo foram intimadas a refazer os depósitos judiciais, nos montantes equivalentes a R\$99 para a Controladora e a R\$1.237 para o Varejo. Os processos foram encerrados de forma favorável à Controladora e desfavorável ao Varejo. Dessa forma, o valor depositado pela Controladora está em andamento para levantamento e o valor depositado pelo Varejo foi baixado e será levantado pela União.
- (b) Processos trabalhistas da Controladora e do Varejo substancialmente relacionados a demissões no curso normal de seus negócios, no montante de R\$4.130 e R\$7.057, respectivamente. Processos cíveis da Controladora, no montante estimado de perda de R\$6 e do Varejo, substancialmente relacionados a processos judiciais de indenizações pleiteadas pelos clientes, no montante estimado de perda de R\$1.310.
- (c) O Varejo discutiu administrativamente autos de infração lavrados durante o exercício de 2011, relacionados a créditos tomados de ICMS sobre a aquisição de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em 15 de maio de 2012 foi ajuizada ação para anular os autos de infração. Em 9 de novembro de 2012 foi realizado depósito judicial no montante de R\$533 para garantir a ação judicial e suspender a exigibilidade do crédito tributário referente aos autos de infração lavrados em 2011. Em 29 de novembro de 2012 e 4 de março de 2013, foram ajuizadas ações para anular os autos de infração lavrados em 2011, tendo sido deferido pedido para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O montante provisionado é de R\$948 e corresponde ao valor principal e multa. A provisão é acrescida de juros calculados pela taxa Selic.

Depósitos judiciais

	Controladora		
	Acréscimo/		
	31/12/16	(Baixa)	31/12/17
PIS/COFINS (a)	927	30	957
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	8.716	918	9.634
Processos judiciais trabalhistas	1.005	740	1.745
	<u>16.714</u>	<u>1.688</u>	<u>18.402</u>

	Consolidado		
	Acréscimo/		
	31/12/16	(Baixa)	31/12/17
PIS/COFINS (a)	1.022	33	1.055
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	27.431	1.272	28.703
Processos judiciais trabalhistas	2.434	1.410	3.844
	<u>36.953</u>	<u>2.715</u>	<u>39.668</u>

- (a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, e a majoração da alíquota da COFINS.
- (b) Inclui o montante de R\$15.590 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originários de liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS na importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$653.668, sendo R\$346.824 para a Controladora e R\$306.844 para o Varejo (R\$590.205 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$355.531 para a Controladora e R\$234.674 para o Varejo).

Composição dos principais passivos:

<u>Natureza do processo</u>	<u>Objeto</u>	<u>Valor Estimado</u>
a) Processos de natureza tributária		
INSS	Autos de infração contra a Controladora por falta de recolhimento sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias	11.576
IRPJ / CSLL / PIS / COFINS	Representados substancialmente por processos administrativos da Controladora e Varejo relacionados a compensação de créditos utilizados para o pagamento de IRPJ e CSLL, sendo que alguns garantidos por depósitos judiciais no montante consolidado de R\$6,944 e outros processos de naturezas variadas	371.184
ICMS	Ações e Autos de infração lavrados contra o Varejo relacionados a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual	24.587
	A Controladora e o Varejo discutem, administrativa e judicialmente, processos tributários de naturezas variadas.	170.341
	Mandado de Segurança impetrado pelo Varejo em dezoito Estados, com Liminar Deferida para sete Estados para reconhecer a imunidade do ICMS sobre a comercialização do leitor digital - LEV	não estimável com segurança
PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer alíquota zero sobre as vendas do leitor digital - LEV	não estimável com segurança
b) Tributos incidentes sobre processos de importação - II, IPI, ICMS, PIS e Cofins	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para processos de importação para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero de PIS e Cofins incidentes sobre a importação do leitor digital - LEV	28.483
c) Processos de natureza cível	Ação indenizatória ajuizada pela Livraria Cultura e Fernando Faria de Castro Brandão contra a Controladora e Varejo para discutir suposto plágio de projeto arquitetônico	1.780
	Diversas ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas a contratos de locação de suas lojas físicas	8.774
	Outros processos cíveis da Controladora de naturezas variadas e do Varejo relacionados a ações individuais de relações de consumo	25.461
d) Processos de natureza trabalhista	Diversas ações trabalhistas contra a Controladora e Varejo que discutem substancialmente a responsabilidade subsidiária ou o reconhecimento de vínculo de contrato de trabalho em contratos de prestação de serviço	11.482

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Controladora, no montante de R\$282.999 (R\$282.999 em 31 de dezembro de 2016), está representado por 26.701.745 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 17.079.432 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BMF&BOVESPA.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$78 (R\$5,00 por ação - cotação em 31 de dezembro de 2017).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

d) Reserva legal

A Controladora não constituiu a reserva legal devido ao prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

e) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Controladora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e programa	Valores registrados		Total	Valores a registrar em exercícios futuros
	Até o exercício findo em 31/12/16	No exercício findo em 31/12/17		
2014 - 7º Programa (1ª tranche)	63	-	63	-
2014 - 7º Programa (2ª tranche)	106	-	106	-
2014 - 7º Programa (3ª tranche)	134	19	153	-
2014 - 7º Programa (4ª tranche)	127	52	179	18
2014 - 7º Programa (5ª tranche)	122	48	170	67
	<u>552</u>	<u>119</u>	<u>671</u>	<u>85</u>

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Total de opções de compra de ações outorgadas	176.400	176.400	176.400	176.400	176.400
(-) Opções não exercidas e expiradas/canceladas	<u>(176.400)</u>	<u>(176.400)</u>	<u>(176.400)</u>	<u>(134.000)</u>	<u>(134.000)</u>
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.400</u>	<u>42.400</u>

No período entre 09 de maio e 09 de setembro de 2016, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (2ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

No período entre 08 de maio e 06 de setembro de 2017, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (3ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em decorrência da saída de alguns dos beneficiários do 7º Programa, foi ajustado o número de opções no montante equivalente a 10.000.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	7º Programa (1ª tranche)	7º Programa (2ª tranche)	7º Programa (3ª tranche)	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Data da outorga	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014	16/07/2014
Início do prazo de exercício das opções	11/05/2015	09/05/2016	08/05/2017	07/05/2018	13/05/2019
Término do prazo de exercício das opções	11/09/2015	09/09/2016	06/09/2017	06/09/2018	13/09/2019
Taxa de juro livre de risco	10,92%	11,31%	11,50%	11,68%	11,74%
Número de administradores e funcionários elegíveis	11	11	11	11	11
Preço fixado - R\$	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00
Indexador	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.400</u>	<u>42.400</u>
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	<u>1.41</u>	<u>2.58</u>	<u>3.64</u>	<u>4.64</u>	<u>5.57</u>
Valor da opção para exercício, corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos distribuídos até 31 de dezembro de 2017 - R\$	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.90</u>	<u>24.90</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$10.732, líquido dos impostos diferidos de R\$5.528, representa: a) o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, em montante equivalente a R\$11.279; e b) resultado de equivalência patrimonial reconhecido sobre os resultados abrangentes do Varejo, correspondente ganho financeiro apurado, relacionado a parte efetiva do instrumento derivativo de hedge, no montante de R\$547.

g) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovada a constituição de reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído no montante de R\$22.255.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 27 de março de 2017, apresentou proposta de distribuição do dividendo obrigatório retido do exercício social de 2015 no valor de R\$4.803, correspondente ao valor bruto de R\$0,18 por ação e equivalente a 22% do saldo da Reserva Especial para Dividendo Obrigatório Não Distribuído, constituída nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, conforme deliberação tomada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28/04/2016. Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovada a distribuição parcial do dividendo obrigatório retido do exercício de 2015 no montante de R\$4.803, o pagamento de R\$4.788 foi realizado no dia 3 de julho de 2017, permanecendo saldo de R\$15, não reclamados até a data de encerramento do exercício.

Em 02 de agosto de 2017, a Controladora comunicou através de fato relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Administração da Controladora e seus acionistas controladores se comprometeram, em processo administrativo em curso na CVM, a implementar o seguinte cronograma de distribuição do saldo remanescente do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2015, transferido para o passivo circulante e não circulante, no montante total de R\$17.452:

Deliberação	Valor
AGO de 2018	5.818
AGO de 2019	5.817
AGO de 2020	5.817

h) Reserva Estatutária

Será proposta pela Administração à Assembleia Geral Ordinária a absorção do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$52.009 à conta de Reserva Estatutária.

i) Participação de não controladores

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Saldos no início do exercício	39	58
Redução da participação	-	(16)
Participação no resultado do exercício	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>36</u>	<u>39</u>

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	1.916.431	1.930.522
(-) Impostos incidentes	(157.616)	(154.357)
(-) Devoluções	(33.106)	(39.663)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>(823)</u>	<u>1.061</u>
	<u>1.724.886</u>	<u>1.737.563</u>

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Mercadorias	-	-	(1.132.252)	(1.122.355)
Custo dos serviços vendidos	-	-	(17.833)	(20.929)
Despesa com pessoal e encargos	(2.229)	(8.038)	(215.783)	(228.027)
Honorários dos administradores	(2.281)	(3.444)	(6.435)	(7.645)
Direitos Autorais	-	-	(291)	(165)
Propaganda e publicidade	-	-	(36.513)	(31.704)
Arrendamentos operacionais	-	-	(64.073)	(69.622)
Publicações legais	(294)	(440)	(429)	(651)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(35.886)	(35.233)
Frete e embalagens	-	-	(62.177)	(54.205)
Serviços de informática	-	-	(15.046)	(29.105)
Consultoria e assessoria	(192)	(307)	(7.573)	(13.785)
Viagens e estadias	-	-	(1.194)	(1.234)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(27.815)	(28.355)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.038)	(4.482)
Outras	(1.115)	(5.991)	(92.247)	(92.655)
	<u>(6.111)</u>	<u>(18.220)</u>	<u>(1.719.585)</u>	<u>(1.740.152)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(1.150.085)	(1.143.284)
Despesas com vendas	-	-	(459.998)	(476.656)
Despesas gerais e administrativas	<u>(6.111)</u>	<u>(18.220)</u>	<u>(109.502)</u>	<u>(120.212)</u>
	<u>(6.111)</u>	<u>(18.220)</u>	<u>(1.719.585)</u>	<u>(1.740.152)</u>

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Resultado na baixa e/ou venda de ativo imobilizado e intangível	-	-	(2.133)	-
Perda de valor recuperável	-	-	-	(335)
Perda em investimento	-	-	(135)	-
Baixa de impostos a recuperar	-	-	(1.928)	-
Baixa de créditos com fornecedores considerados irrecuperáveis	-	-	(1.199)	(4.276)
Baixa de depósitos judiciais	-	(16)	-	(84)
PIS/COFINS s/ outras receitas operacionais e financeiras	(75)	(411)	(2.305)	(5.177)
Cartão "private label"	-	-	(728)	(884)
Provisão para contingências	-	-	(4.522)	-
Provisão deságio - impostos a recuperar	-	-	(2.100)	-
Sinistros e outros eventos com mercadorias	-	-	(1.415)	(125)
Outras despesas operacionais	<u>(64)</u>	<u>-</u>	<u>(297)</u>	<u>(501)</u>
	<u>(139)</u>	<u>(427)</u>	<u>(16.762)</u>	<u>(11.382)</u>

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Resultado na venda de ativo permanente	-	25.566	-	890
Cartão presente não resgatado, e outros créditos de clientes não reclamados	-	-	12.814	10.888
Contribuições sociais a recuperar (i)	-	-	8.192	19.042
Aluguel de imóvel	-	1.805	-	1.805
Despesas recuperadas	-	12	1.277	2.687
Vendas de saldos e outros produtos	-	-	-	10
Indenizações por sinistros com mercadorias	-	2	143	154
Centro de serviço compartilhado	-	-	-	4.639
Reversão provisão para contingências	-	-	540	777
Outras receitas operacionais	<u>85</u>	<u>486</u>	<u>2.667</u>	<u>4.688</u>
	<u>85</u>	<u>27.871</u>	<u>25.633</u>	<u>45.580</u>

(i) Inclui créditos de INSS, PIS e COFINS, constituídos com base na opinião dos assessores jurídicos no montante de R\$7.443 (R\$19.042 em 31 de dezembro de 2016)

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	1	335	953	19.094
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	43.623
Juros sobre empréstimos a controlada	-	1.755	-	-
Juros recebidos de clientes	3	18	53	127
Juros sobre impostos a recuperar	1.448	2.035	5.230	5.310
Descontos financeiros obtidos	4	68	601	407
Juros sobre outras contas a receber - venda segmento editorial	-	-	-	19.391
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	-	-	126	-
Outros juros e variações ativas	-	4	473	1.100
	<u>1.456</u>	<u>4.215</u>	<u>7.436</u>	<u>89.052</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(208)	(1.797)	(26.294)	(47.291)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	(270)	(1.099)	-	-
Valor justo - operação "swap"	-	-	(5.342)	(62.975)
Descontos financeiros concedidos	-	-	(32)	(170)
Outros juros e variações passivas	(242)	(829)	(13.274)	(19.642)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(86)	(294)	(841)	(1.741)
Outras comissões financeiras	(145)	(130)	(8.142)	(8.672)
Operações "Non-deliverable Forward - NDF"	-	14	(336)	(281)
Outras despesas financeiras	(148)	(128)	(1.547)	(1.927)
	<u>(1.099)</u>	<u>(4.263)</u>	<u>(55.808)</u>	<u>(142.699)</u>
	<u>357</u>	<u>(48)</u>	<u>(48.372)</u>	<u>(53.647)</u>

26. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2017, o Varejo possuía 102 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e

Administrativa do Varejo possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória).

Despesas com alugueis, líquidas dos impostos a recuperar:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Arrendamentos operacionais - nota explicativa 22	<u>64.073</u>	<u>69.622</u>

O saldo da rubrica “Arrendamento operacional - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2017 no consolidado é de R\$12.563 (R\$12.604 em 31 de dezembro de 2016).

Os compromissos futuros (consolidado), oriundos dos contratos de arrendamento operacional, em 31 de dezembro de 2017 totalizam um montante mínimo de R\$269.043, sendo:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
Até 31/12/18	81.167
De 01/01/19 a 31/12/19	62.201
De 01/01/20 a 31/12/20	43.169
De 01/01/21 a 31/12/21	28.711
De 01/01/22 a 31/12/22	18.190
Demais vencimentos até 2027	<u>35.605</u>
	<u>269.043</u>

27. LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/17 a 31/12/17			01/01/17 a 31/12/17			01/01/17 a 31/12/17		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(18.723)	(33.286)	(52.009)	(17.767)	(31.587)	(49.354)	(956)	(1.699)	(2.655)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	(1,94892)	(1,94892)		(1,84942)	(1,84942)		(0,09950)	(0,09950)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(1,94892)	(1,94684)		(1,84942)	(1,84745)		(0,09950)	(0,09939)	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/16 a 31/12/16			01/01/16 a 31/12/16			01/01/16 a 31/12/16		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Controladora	(16.741)	(33.063)	(49.804)	(17.307)	(34.183)	(51.490)	566	1.120	1.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Lucro (prejuízo) por ação - básico - R\$	(1,74260)	(1,93586)		(1,80160)	(2,00143)		0,05897	0,06557	
Lucro (prejuízo) por ação - diluído - R\$	(1,74260)	(1,92974)		(1,80160)	(1,99510)		0,05897	0,06536	

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 20).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Empréstimos e financiamentos, líquidos de instrumentos derivativos; e aquisição de empresas	2.477	9.079	316.104	323.845
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(11)</u>	<u>(157)</u>	<u>(68.952)</u>	<u>(125.290)</u>
Dívida líquida	2.466	8.922	247.152	198.555
Patrimônio líquido	<u>422.022</u>	<u>491.822</u>	<u>422.058</u>	<u>491.861</u>
Total	<u>424.488</u>	<u>500.744</u>	<u>669.210</u>	<u>690.416</u>
Índice de dívida líquida	<u>0.58%</u>	<u>1.78%</u>	<u>36.93%</u>	<u>28.76%</u>

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	11	157
Empréstimos e recebíveis		
Partes relacionadas - cessão onerosa	<u>-</u>	<u>11.833</u>
	<u>11</u>	<u>11.990</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	-	6.825
Fornecedores	996	1.236
Dividendos	17.466	4.803
Partes relacionadas - contrato de mútuo	7.996	-
Outras obrigações	<u>3.477</u>	<u>2.254</u>
	<u>29.935</u>	<u>15.118</u>

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	68.952	125.290
Valor justo - operação "swap"	4.040	21.631
 Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	206.910	357.494
	<u>279.902</u>	<u>504.415</u>
 Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	216.854	220.806
Fornecedores	546.880	402.976
Cessão de créditos de fornecedores com terceiros	-	740
Arrendamento operacional	12.563	12.604
Dividendos	17.466	4.803
Outras obrigações	4.206	2.254
 Passivos - valor justo		
Empréstimos e financiamentos	100.813	122.416
	<u>898.782</u>	<u>766.599</u>

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI, TJLP e UM Selic), taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado. No entanto, não há mercado ativo para os empréstimos e financiamentos obtidos com o BNDES e, desta forma, poderiam ocorrer diferenças em relação ao valor contábil se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do

prêmio pago do derivativo que tem o propósito de proteger a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Controladora e do Varejo segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldos que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento do exercício:

		<u>Consolidado</u>
		<u>31/12/17</u>
	<u>Risco</u>	<u>Valor Contábil</u>
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	50.637
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	267.293
Outras obrigações	Alta do CDI	3.477
Exposição		<u>321.407</u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI -				
Varejo	Baixa do CDI	(84)	(209)	(416)
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI -				
Varejo	Alta do CDI	(2.410)	(6.114)	(12.314)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI -				
Varejo	Alta do CDI	(381)	(399)	(428)
Outras obrigações sujeitas a variação do CDI -				
Controladora	Alta do CDI	(25)	(61)	(123)
Resultado líquido		(2.900)	(6.783)	(13.281)

f) Gestão do risco de taxa de câmbio

Contratos de compra de dólar norte-americano

As receitas da Controladora e do Varejo são expressas em reais. O risco cambial decorre de eventuais operações comerciais geradas, principalmente, pela importação de mercadorias e serviços expressa em dólar norte-americano (US\$). A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Controladora e do Varejo é a de proteger-se de eventuais importações, por meio de operações compostas por contratos de compra de dólar norte-americano (“Non-deliverable Forward - NDF”) sem entrega física ou Contratos de Câmbio com entrega física, utilizados somente como instrumento de proteção de valor e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na Controladora e no Varejo, entretanto, não designado como “hedge”.

Uma vez definida a importação é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias e serviços no mercado local dentro dos padrões de margem de lucros esperados e os prazos de entrega prováveis; a partir desse fato, define-se o preço de exercício e o vencimento que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte-americano.

O Varejo realizou durante os exercícios de 2016 e 2017, operações relacionadas à compra a termo de quantia de dólar norte-americano sem entrega física (NDF), com o propósito de proteção das operações de importação do seu e-reader – LEV, a seguir apresentada:

Banco ABC Brasil:

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Ganho (perda) registrada (R\$)
		Na data do contrato	Vencimento		31/12/17
18/04/2017	30/06/2017	3,1755	3,2952	1.051	126
07/07/2017	14/07/2017	3,2900	3,2108	491	(39)
07/07/2017	14/08/2017	3,3300	3,1695	558	(90)
14/08/2017	06/10/2017	3,2360	3,1871	1.585	(160)
				<u>3.685</u>	<u>(163)</u>

Banco Safra:

Contrato	Vencimento	Taxa de câmbio - R\$		Valor de referência (US\$ mil)	Perda registrada (R\$)
		Na data do contrato	Vencimento		31/12/17
08/12/2016	06/01/2017	3,4280	3,2591	1.025	(47)
				<u>1.025</u>	<u>(47)</u>

Empréstimos em moeda estrangeira

O Varejo captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano - US\$) acrescidos de taxa de juros (nota explicativa nº 13), para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e oscilações das taxas de juros, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI e taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Em sua forma, a operação vincula um contrato de empréstimo a uma operação de “swap” firmado na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidado pelo seu valor líquido. Na essência, as operações são empréstimos denominados em moeda local acrescidos de uma taxa de juros pré-fixada e/ou pós-fixada sujeitas à variação do CDI, conforme o caso.

Os instrumentos derivativos associados foram designados formalmente como hedge com o propósito de reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro dos instrumentos derivativos pelo valor justo por meio do resultado, pelo reconhecimento dos ganhos e perdas decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos nos mesmos períodos contábeis em que os itens objeto do hedge afetam o resultado contábil.

O tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Exposição a moeda estrangeira

	R\$	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Empréstimos e financiamentos	96.774	100.785
Swap	<u>(96.774)</u>	<u>(100.785)</u>
Exposição líquida	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o detalhe do contrato de “swap” em aberto no Varejo é como segue:

Consolidado							
Banco	Vencimento	Valor de referência (nacional)	Banco				Valor justo
			Indexador	Juros	Indexador	Juros	
Itaú	12/05/2020	95.000	US\$	3,07% a.a.	CDI	111,20% a.a.	4.040
		<u>95.000</u>					<u>4.040</u>

g) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	Valor	Valor	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	11	157	68.952	125.290
Contas a receber de clientes	-	-	206.910	357.494
Partes relacionadas - cessão onerosa	-	11.833	-	-
	<u>11</u>	<u>11.990</u>	<u>275.862</u>	<u>482.784</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$1.106 (R\$5.070 em 31 de dezembro de 2016), para cobrir os riscos de crédito.

h) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	996	-	-	-	996
Dividendos	5.832	5.817	5.817	-	17.466
Outras obrigações	1.000	2.477	-	-	3.477

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	546.880	-	-	-	546.880
Empréstimos e financiamentos	137.713	141.958	70.246	1.088	351.005
Dividendos	5.832	5.817	5.817	-	17.466
Arrendamento operacional	12.563	-	-	-	12.563
Outras obrigações	1.729	2.477	-	-	4.206

i) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

j) Linhas de crédito

Consolidado		
	31/12/17	31/12/16
Empréstimos:		
Utilizado	242.181	240.637
Financiamentos:		
Utilizado	58.136	58.136

k) Garantias concedidas

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/17</u>
Cartas de fiança em garantia de fornecimento de mercadorias para o Varejo	40.000
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	12.802
Cartas de fiança em garantia ao contrato de financiamento junto ao BNDES	<u>56.440</u>
	<u>109.242</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as cartas de fiança concedidas geraram despesas financeiras de R\$3.170 (R\$8.672 em 31 de dezembro de 2016).

l) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u> <u>31/12/17</u>		<u>Consolidado</u> <u>31/12/17</u>	
	<u>Valor</u> <u>Contábil</u>	<u>Valor</u> <u>Justo</u>	<u>Valor</u> <u>Contábil</u>	<u>Valor</u> <u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	11	11	68.952	68.952
Valor justo - operação "swap"	-	-	4.040	4.040
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	206.910	206.910
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	216.854	224.244
Dividendos	17.466	17.466	17.466	17.466
Fornecedores	996	996	546.880	546.880
Arrendamento operacional	-	-	12.563	12.563
Outras obrigações	3.477	3.477	4.206	4.206
Partes relacionadas - contrato de mútuo	7.996	7.996	-	-
Passivos - valor justo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	100.813	100.813

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.

- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldo decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.
- Empréstimos e financiamentos e derivativos (swap) – O valor justo para as operações com derivativos do Varejo foram calculados com base no valor futuro das operações determinado conforme as taxas e condições contratadas, descontado a valor presente pelas taxas referenciais de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA, pelo prazo a decorrer. Relativamente às operações de empréstimos e financiamentos do Varejo contratadas com o BNDES, a Administração entende que o valor contábil representa a melhor referência de valor justo uma vez que as taxas praticadas são específicas para operações com o BNDES.

A Controladora divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidência dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>4</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
	Consolidado			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	18.315	50.637	-	68.952
e aplicações financeiras	-	4.040	-	4.040
Valor justo - operação "swap"	-	(100.813)	-	(100.813)
Valor justo - empréstimos e financiamentos	<u>18.315</u>	<u>(46.136)</u>	<u>-</u>	<u>(27.821)</u>

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A comercialização é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

30. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Receita operacional líquida	-	16.181	-	16.181
CPV	-	(15.430)	-	(7.036)
Lucro bruto	-	751	-	9.145
Despesas operacionais	(2.141)	(5.843)	(2.141)	(5.843)
Equivalência patrimonial	-	(2.312)	-	-
Outras	1.193	304	1.193	(3.200)
	(948)	(7.851)	(948)	(9.043)
Lucro (prejuízo) operacional	(948)	(7.100)	(948)	102
Despesas financeiras	(1.310)	(441)	(1.310)	(441)
Prejuízo líquido antes do IR	(2.258)	(7.541)	(2.258)	(339)
IR diferido	(397)	834	(397)	2.025
Resultado das operações descontinuadas	<u>(2.655)</u>	<u>(6.707)</u>	<u>(2.655)</u>	<u>1.686</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de (R\$2.655) (R\$1.686 em 31 de dezembro de 2016) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(835)	41.024	(835)	406.263
Caixa líquido das atividades de investimento	-	2.312	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(8.179)</u>	<u>(4.254)</u>	<u>(8.179)</u>	<u>4.140</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u>(9.014)</u>	<u>39.082</u>	<u>(9.014)</u>	<u>410.403</u>

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Lucros cessantes	100.000	100.000
Incêndio - importância máxima	212.902	118.364
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	100.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima	1.017	1.025
Transporte internacional	634	-
Execução fiscal	24.694	-

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 01 de fevereiro de 2018, o Varejo repactuou com o Banco do Brasil o montante de R\$13.000, relacionado ao empréstimo contraído em julho de 2017 no montante de R\$15.000, sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, com dilação do prazo para seis meses. Os encargos passaram de 120% da variação do CDI para 124,25% da variação do CDI.